

NUM PAÍS DE MARINHEIROS, A DESEJÁVEL TRAVESSIA DA TERRA

*Teresa Cristina Cerdeira da Silva,
da Universidade Federal do Rio de Janeiro*

*No mar interior do latifúndio, não pára a circulação das ondas.
José Saramago, *Levantado do chão*, p.363*

Num ano em que se comemoram os 500 anos da Descoberta da América, com o balanço crítico que neste passo fazemos, a cultura portuguesa também participa da festa – não eufórica e patrioteira, que disto já felizmente parecemos livres – mas reavaliadora de um tempo em que a presença do homem português começou a se fazer sentir em terras de além mar, construindo o grande império onde, como já dissera Camões, “O sol, logo em nascendo, vê primeiro;/ Vê-o também no meio do Hemisfério;/ E quando deca o deixa derradeiro”. As palavras de Camões, na dedicatória d’*Os Lusíadas*, é certo que podem trazer ao nosso espírito os laivos laudatórios que, já então, se não eram mais possíveis ao nível do real, correspondiam a uma necessidade intrínseca, única capaz de suportar o imaginário de uma nação em crise com o empreendimento marítimo, uma espécie de último canto de vitória, o canto do cisne cuja sustentação não foi sequer possível perpetuar-se até o final dos dez cantos que o grande épico empreendera compor, não por falta de fôlego poético, mas por coerência ideológica e maturidade intelectual do poeta. *Os Lusíadas* são já a utopia da utopia, a ficção de uma ficção, e é o discurso sagaz de Eduardo Lourenço – que abre sem dó as feridas de uma cultura cicatrizada na superfície – que nos diz:

Tornou-se então claro que a consciência nacional (nos que a podiam ter), que a nossa razão de ser, a raiz de toda a esperança, era o *termos sido*. E dessa ex-vida são *Os Lusíadas* a prova de fogo. O viver nacional que fora

quase sempre viver sobressaltado, inquieto, mas confiado e confiante na sua estrela, fiando a sua teia da força do presente, *orienta-se nessa época para um futuro de antemão utópico pela mediação primordial, obsessiva, do passado.*¹

Num ano em que se comemoram os 500 anos do Descobrimento da América, não basta avaliar os ganhos e as perdas – tantas de ambos os lados! – numa trajetória passadista de eufórica ou culpabilizada reminiscência. A revisão funcional do passado ganha sentido na sua relação com o presente, com esse ano de 1992 cujas contradições – maiores, talvez, – estamos vivenciando. Acho sempre atual o que escreveu, um dia, o brilhante historiador Lucien Febvre a respeito do sentido que via no estudo da História, na descoberta daquilo que lhe parecia sua função intrínseca:

É em função da vida que ela interroga a morte. Compreender o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história²

Estamos a falar de tradições portuguesas em tempos de centenário do mar. Esse país de marinheiros apostou no ondular dos pinhais, desses pinhais metafóricos que, se não ondulam no sentido primeiro de curvar-se ao vento, fortes que são com suas raízes terrenas, ondulam na voz do poeta que fez deles a imagem futura das “naus a haver” e que, essas sim, ondulam nas ondas do mar. Estranha simbiose de um olhar que esteve, culturalmente, sempre situado num cais e não num país, como se toda a vida fosse essa espécie de charneira trágica de uma geografia que fatalmente inscreve a pátria no espaço intermédio “onde a terra acaba e o mar começa”.

Estranho fado que, por mais que diluísse as realizações numa “austera, apagada e vil tristeza”, continuava a alimentar o imaginário de um povo – em delírio de grandeza passada e na miragem de umas *ilhas afortunadas* de onde sairia, talvez, o reencontro transfigurado com a glória.

Estranho fado que, finda a aventura marinheira, deixou o acre sabor do vazio e a marca do desalento nesses desempregados do mar “depois de estar a Índia descoberta”. Portugueses, “órfão(s) de um sonho suspenso/ Pela maré a vazar”, que prolongam em dimensões coletivas a dor do poeta que é metafísica e cultural: a de estar “no cais de onde nunca parto”, a sentir apenas a “maresia dos dias”³

Estranho fado que de viajores os reduziu a espectadores de suas viagens passadas, irrealisticamente presentes na memória que costurava os farrapos com

(1) LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. Lisboa, Dom Quixote, 1978. p.25

(2) FEBVRE, Lucien. Apud LE GOFF, J. História. In: __, org. Enciclopédia Einaudi, vol 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984. p. 164

(3) PESSOA, Fernando. *Marinha*. In: __. *Obra poética*. Rio de Janeiro, Aguillar, 1969. p.147

fiões de ouro que fizessem do referente vida – irrecuperável e possivelmente indesejado – uma ficção consoladora.

O caminho de volta foi duro e penoso. Não houve, certamente, “céu ameno e vento nunca irado”, mas tormentas e traumatismos, inquisição, censura, Ultimatum e Estado Novo, guerra colonial e revolução. “A primavera de Lisboa” não foi abortada, mas seria minimizar séculos de tradição imaginar que os belos cravos de abril pudessem acontecer serenamente. O tempo era chegado, não o da redenção – que esse é sempre o limite frágil se não se quiser novamente endurecer – mas o de um balanço dosar precário que a liberdade ousou revelar, com o desnudamento necessário de uma máscara que encobria, sem pejo, o rosto por refazer. “O rosto com que fita é Portugal”, mas desta vez, perdidas as últimas amarras do Império, sem índias por conquistar, finda a megalomania de um “mapa cor-de-rosa” que ousou pensar de forma definitiva e absoluta a presença portuguesa na África, o rosto descobriu-se fatalmente voltado para a terra, essa faixa estreita onde o “mar acaba e a terra principia”¹. A frase de Saramago que recontextualiza o verso sagrado de Camões nos faz retornar a Eduardo Lourenço, cujo texto é como uma provocação para que as propostas de mudança não se repitam fundadas nos mesmos procedimentos anestésicos do irrealismo cultural de séculos de cultura portuguesa; temos que voltar, agora, a essa formalização de um novo projeto cultural que ele soube identificar naquela parte lúcida do processo jovem da jovem revolução, antes que ela se arriscasse a perder-se no turbilhão do cenário europeu finissecular. O que ele diz não é profecia de visionário, não é conselho doutoral, é uma recolha de propostas, é a sensibilidade de perceber os eflúvios que julga saudáveis e que viriam – resultando – a identificar o novo rosto da nação:

Chegou a hora de fugir para dentro de casa, de nos barricarmos dentro dela, de construir com constância o país habitável de todos, sem esperar de um eterno lá-fora ou lá-longe a solução que como no apólogo célebre está enterrada no nosso exíguo quintal.²

Seria, entretanto, injusto com a tradição imaginar que essa virada para a terra seria a proposta redentora nascida, como que por milagre, de um pós-74. Aliás parece ingênuo não descobrir no próprio texto de Lourenço o eco de Garrett naquele “exíguo quintal” que só podemos imaginar povoado de laranjeiras, que crescem na horta de um escritor que não suporta os limites estreitos do “quarto” de um Xavier de Maistre. Em outras palavras, as brilhantes “*Viagens na minha terra*” abrem caminho para essa descoberta da terra portuguesa, ironicamente iniciada também por uma viagem de barco, às avessas de tudo o que teria sido estereótipo das grandes viagens marítimas: vai numa fragata lenta, “Tejo-arriba”, viagem de dimensões espaciais pequenas, pois se limita a Santa-

(1) SARAMAGO, José. *O ano da morte de Ricardo Reis*. Lisboa, Ed. Caminho, 1984. p.11

(2) LOURENÇO, Eduardo. *Op. cit.*, p.51

rém, sem Adamastores ou fogos de Santelmo. E, no entanto, viagem importante, para dentro de um Portugal a re-conhecer, para dentro da cultura, para dentro das tradições, para dentro da História. Pontual este senhor Almeida Garrett! Pontual quando se firma numa política do concreto, como bem viu Helder Macedo¹, pontual quando acredita no povo como aquele que poderia construir “o país habitável de todos”, pontual quando exige estradas de pedra e recusa a megalomania industrial de um país pobremente agrário a querer enveredar pelo modelo inglês das estradas de ferro. O “país habitável” não veio logo, levou tempo, aliás, para a proposta literária encontrar ecos na vida. O “país habitável” está, certamente hoje, em construção.

“Então descobro, mais uma vez, que a acção sai do texto, que a palavra sai do desenho, que a autonomia é tudo aquilo que, a si mesmo se dizendo, se prolonga”².

Maria Alzira Seixo vem convidada a esse colóquio terra-mar, colóquio que não pode deixar de assinalar outra metáfora em construção: abril, o 25 certamente, mas mais que ele: “de Abril a Abril, e já não é só a revolução que foi, é a revolução que é, e que será”³; e o escritor já não é simplesmente aquele que escreve, mas “aquele que faz com palavras”⁴. Garrett fez com palavras a travessia para a terra; Cesário fez com palavras o presente português de uma Lisboa noturna, crepuscular, de montras iluminadas, como uma catedral percorrida pela procissão das “burguesinhas do Catolicismo”; uma Lisboa de prostitutas com frio, de trabalhadores fantasmáticos, de um Tejo onde “o peixe pode gerar focos de infecção”, mas também, à imagem daquele “povo povo” de Garrett, uma Lisboa onde há, surpreendentemente, “um cheiro salutar e honesto a pão no forno” e varinas varonis, de troncos firmes “como pilastras”, a sacudir as “ancas opulentas”, capazes de sustentar ainda nas canastras “os filhos que depois naufragam nas tormentas”.

A linhagem estava aberta para aqueles que ousariam voltar as costas para o mar, não exatamente para aniquilar a tradição porque, afinal, Cesário também sabe que “um épico doutro [ainda] ascende, num pilar”, e ele é Brônzeo, monumental, de proporções guerreiras”, sem a pompa epidérmica dos heróis de panteão, mas “num recinto público e vulgar/ Com bancos de namoro e exíguas pimenteiras”⁵, porque o povo o reconhece e as Índias se perderam.

Também seria injusto deixar de lado a opção neo-realista pela terra, e terra-terra, de camponeses aniquilados e forças aniquilantes. Mas o renovo da

(1) MACEDO, Helder. *Viagens na minha terra* ou a menina dos rouxinóis. In: *Colóquio/Letras*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, nº 51: 15-24, 1979.

(2) SEIXO, Maria Alzira. *Discursos do texto*. Amadora, Bertrand, 1977. p.24

(3) *Ibidem*, p.26

(4) *Ibidem*, p.28

(5) Todas as citações de Cesário Verde pertencem ao poema *Sentimento de um Ocidental*.

produção portuguesa pós-25 de abril, que não foi o “bum” editorial esperado como se por milagre tudo estivesse pronto e engavetado para o dia seguinte da festa, aconteceu. E aconteceu numa produção madura que faz desses já quase 20 anos um armazenamento de valor, um duro aprendizado das dores e ressentimentos acumulados, um caminho para a construção de um Portugal de raízes fincadas num presente por desejar construir “um país habitável de todos”. Uma produção que se faz agora inovadora, não apenas por investir numa literatura da revolução, mas por realizar – sem dúvida alguma – na busca de uma linguagem nova, uma revolução na literatura.

Inventariar quase 20 anos de produção seria, a meu ver, de pouca valia porque os textos ainda palpitam e ecoam. O veio, o corte, a seleção tem a ver com a nova dinâmica do olhar, com o desvio salutar para a terra. D’*Os Lusíadas* a *Lusitânia* de Almeida Faria desloca-se o título dos heróis para a terra, desacreditados talvez os “barões assinalados” na terra portuguesa de uma revolução cedo desacreditada, menos por abandono nihilista do que por aguda percepção de que não só a superfície havia de ser transformada para que a terra viesse a dar generosos frutos. Nesses dias pós-revolucionários aparentemente só a África de Sónia parece guardar ainda a força de frutos maduros porque lá se concentra o espaço de uma revolução por vir, modo talvez de exorcisar uma culpa secular: “Estou em dívida, acho, em relação aos explorados”¹. África por opção reencontrada, enquanto a terra portuguesa parecia ainda mergulhada na mediocridade e nas limitações do “bojo da barca, da pobreza apertada entre bombordo e estibordo, proa a popa, Espanha e mar”². Portugal – barco encailhado – inútil restolho das naus a haver.

Da épica camoniana à viagem de retorno de Ricardo Reis em *O ano da morte de Ricardo Reis* de José Saramago, temos um barco que volta e entra o Tejo das naus portuguesas de outrora, singradas agora por um transatlântico inglês da Mala Real Britânica; temos um personagem em re-conhecimento da terra; temos a revolução de marinheiros abortada pelas forças da repressão; mas temos uma camareira de hotel – de linhagem duplamente digna, porque herdeira das ninfas arcádicas da poesia, cujo saber desconhece, e porque irmã-discípula atenta do discurso de Daniel, mártir temporário de uma batalha perdida – que fica grávida de um filho e de sonhos que um dia se tomariam verdade.

Enfim – e ficamos ainda com Saramago, porque aprendemos também com ele que “nada começa que não acabe, nada acaba que não comece”, e com ele começamos, citando-o em epígrafe – a terra redescoberta e a conquistar metonimicamente está nos campos do Alentejo, porque o poeta – perdoem-me a ousadia da nomenclatura que só em grego ganha aval – sabe que a aventura do presente só é possível no “mar interior do latifúndio”. Por isso reconstrói às avessas a épica do mar nessa, enfim gloriosa, conquista da terra na revolução

(1) SARAMAGO, José. *O evangelho segundo Jesus Cristo*. Lisboa, Caminho, 1991. p.34

(2) _____. *Levantado do chão*. Lisboa, Caminho, 1981.

agrária dos camponeses alentejanos. Dos “barões assinalados” passamos, é verdade, aos homens *sem nenhum sinal*, do valor outro que se “alevanta” aos camponeses “que já se levantaram”, à menina de três anos que a mãe “levanta do chão” antes de partir para a manifestação em Montemor, às formigas – bela metáfora dos homens – “que levantam a cabeça como cães”, até a chegada ao dia “levantado e principal”, onde o cortejo de vivos e mortos comemora a possibilidade de um tempo em que se poderia enfim afirmar: “Este sol é de justiça”¹.

Nesse ano em que comemoramos a Descoberta da América nosso olhar para Portugal tem a ver menos com o passado que com o presente. Deve festejar o seu bravo retorno à terra, o seu estar em dia consigo mesmo, numa busca que é a do seu reconhecimento, salutar estratégia para reconhecer o outro. Enfim, que esse necessário retorno à continentalidade europeia seja a viagem consciente de um país que se descobre e não a nova máscara de um país que se perde na euforia de um eurocentrismo devastador. Que a bacia Atlântica continue a abrigar a utopia de uma *jangada de pedra* a vogar, forma, talvez, de entender o *respirar de uma sombra* como o respeito devido à identidade latina e africana. Politicamente atado à Europa, ao reconhecer-se em seus limites físicos concretos, talvez não seja de todo utópico pensar Portugal como um Norte em débito de amor com a América.

(1) *Ibidem*, p.364